

Corrupção e efetividade dos governos: um panorama dos países no mundo

RESUMO

O objetivo é investigar a efetividade de governo dos países expostos a diferentes cenários de corrupção. Realizou-se um estudo de natureza quantitativa, utilizando-se de dados do Banco Mundial para construção de um framework de análise de cenários para a combinação de níveis de corrupção e efetividade nos governos dos diferentes países. Foram utilizados dados de 212 países durante o período de 1996 a 2018. Foram criados quatro cenários distintos: 1) Baixa Corrupção x Baixa Efetividade (Corrupção Pontual); 2) Baixa Corrupção x Alta Efetividade (Corrupção Contida); 3) Alta Corrupção x Alta Efetividade (Corrupção Resiliente); e 4) Alta Corrupção x Baixa Efetividade (Corrupção Sistemica). Os achados revelam a divisão dos países em dois cenários antagônicos: Corrupção Contida e Corrupção Sistemica. A análise mostrou que os países nessas categorias possuem baixa mobilidade e que a riqueza (PIB) e a qualidade de vida das populações (IDH) são melhores nos países que possuem Corrupção Contida.

PALAVRAS-CHAVE: Efetividade. Corrupção. Governo. Panorama por Países.

Elias Pereira Lopes Júnior
eliasjunior08@gmail.com
Universidade Federal do Cariri. Juazeiro do Norte. Ceará. Brasil.

Samuel Façanha Câmara
samuel.camara@uece.br
Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza. Ceará. Brasil.

Francisco Roberto Pinto
roberto.pinto@uece.br
Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza. Ceará. Brasil.

Felipe Roberto da Silva
felipe.roberto@aluno.uece.br
Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza. Ceará. Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Existem diversas formas de se medir desempenho de governos, sendo este um processo multidimensional que exige o discernimento dos múltiplos valores nas instituições públicas, assim como deveres de responsabilidade, probidade e capacidade de resposta (Boyne, 2002). Entre as formas de mensuração, há exemplos de estudos (Andreula & Chong, 2016; Galli, Rizzo & Scaglioni, 2017; Islam, 2006) que avaliam a partir do nível de transparência das instituições, ou modelos de gestão pública, como o sistema burocrático (Dahlberg & Holmberg, 2014; Dahlström & Lapuente, 2012) e gerencial (Farazmand, 2019; Littoz-Monnet, 2017), assim como por indicadores de efetividade (Brewer, Choi & Walker, 2007; Luedy, Mendes & Ribeiro Júnior, 2012) ou nível de corrupção (Castro, Guccio & Rizzo, 2014; Dimant, 2014).

Atendo-se ao aspecto da corrupção, Apaza (2009) explica que entender o desempenho a partir da ótica do controle da corrupção é identificar até que ponto o poder público pode ser exercido para fins pessoais, a partir da captura do estado pelas elites e interesse privados. Zhang et al. (2019) observam que a corrupção é um problema global cuja redução é uma tarefa desafiadora, uma vez que o menor vestígio desta, severamente, mina a confiança do público nos governos e, conseqüentemente, afeta negativamente sua credibilidade. Portanto, deve-se ressaltar que a corrupção está presente não só em países em desenvolvimento, isto é, sua inerência está mais associada ao baixo desempenho de governo (Brewer et al., 2007; Montes & Paschoal, 2016).

Contrastando à dinâmica espacial da corrupção, pode-se entendê-la, principalmente, sob duas vertentes: um caráter mais sistêmico, em que os riscos de corrompimento são maiores, uma vez que o cenário é consideravelmente ineficaz, facilmente empregado em países subdesenvolvidos e em desenvolvimentos que possuem estruturas governamentais frágeis (Persson, Rothstein & Teorell, 2013); e um caráter contido, haja vista a rigidez estrutural e legislativa, o suporte público, assim como a resiliência da sociedade como um todo, invocam maior transparência governamental e, conseqüentemente, refreia os níveis de corrupção (Deniozos, Vlados & Chatzinikolaou, 2019; Shan, Le, Chan & Hu, 2020).

Diante dessas considerações, observa-se que quanto maior é a confiança do público sobre a efetividade dos serviços oferecidos pelo governo, maior também é a motivação em combater a corrupção, especialmente em países onde o nível de corrupção é percebido como mais alto (Peiffer & Alvarez, 2016; Lopes Júnior et al., 2018).

A corrupção tem sido estudada de forma ampla na literatura. Há estudos que traçam sua relação com o nível de transparência das instituições (Basyal, Poudyal & Seo, 2018; Bertot, Jaeger & Grimes, 2010; Peisakhin, 2012), assim como bom desempenho (Li & Wu, 2010; Mohamadi, Peltonen & Wincent, 2017; Valle-Cruz, Sandoval-Almazan & Gil-Garcia, 2016) e efetividade governamental (Ramesh & Vinayagathan, 2017). Porém, poucos estudos (Lee & Whitford, 2009; Kapoor & Ravi, 2012; Montes & Paschoal, 2016) têm estabelecido comparações entre a efetividade de governo dos países e os diferentes cenários de corrupção que cercam estes territórios. Dessa forma, seguindo a narrativa fundamentada, estabeleceu-se como objetivo de pesquisa investigar a efetividade de governo dos países diante de seus diferentes cenários de corrupção.

Este estudo está dividido em cinco seções. Após esta Introdução, a seção seguinte trata do Referencial Teórico cujas subdivisões revisam a relação entre corrupção e efetividade governamental, apresentando-se, também, o framework analítico que estabelece a relação entre os diferentes cenários de corrupção e efetividade de governo. Em sequência, são instituídos os parâmetros metodológicos da pesquisa e a análise dos dados e resultados. Finalmente, são feitas as devidas considerações finais com base nos achados.

2 FRAMEWORK ANALÍTICO

Diante de várias definições literárias sobre a corrupção, percebe-se que não há um consenso entre os autores, porém, de maneira geral pode-se dizer que ela abrange conceitos amplos como o mau uso de poder público para obtenção de vantagens em benefícios próprios e a decadência da moral. A corrupção comumente é relacionada a valores éticos, morais, padrões de conduta e comportamento de um cidadão e espera-se, principalmente de figuras públicas (como políticos e empresários) a transparência, a honra pessoal e a honestidade (Shleifer & Vishny, 1994).

A corrupção pode ser vista como uma prática que prejudica o desenvolvimento dos negócios (Akçay, 2006; Li & Wu, 2010; Tanwar, 2012), visto que ela representa um desvio no uso dos recursos que seriam investidos de maneira mais efetiva e, além disso, conforme levantado por Dutta e Sobel (2016), sempre causa danos, independentemente da situação de mercado, apenas reduzindo seus efeitos negativos em momentos de crise.

Gray e Kaufmann (1998) já haviam percebido esse problema, apontando que a corrupção se constitui no maior obstáculo ao desenvolvimento econômico e crescimento das nações. De maneira complementar, Bai, Jayachandran, Malesky e Olken (2013) realizaram um estudo em que testaram a hipótese de que o crescimento econômico provocaria a diminuição da corrupção estatal (especificamente em relação ao suborno) e, como resultado, concluíram que, de fato, o crescimento econômico provoca a diminuição do suborno. Entretanto, essa corrupção levantada por Bai et al. (2013) poderia ser considerada aquilo que a literatura aponta como petty bribe (pequeno suborno), algo bastante diferente do que ocorre quando os agentes do processo são políticos, quando os valores e a complexidade de relações tendem a desenvolver a grand corruption (grande corrupção).

A corrupção pública se instaura e se desenvolve quando um empregado, eleito ou não, usa sua posição no governo para obter benefícios privados. A existência deste tipo de corrupção indica falta de respeito às regras e regulamentações das transações econômicas em uma sociedade, uma vez que esse ato induz à necessidade de realizar pagamentos adicionais e irregulares para conseguir algo em troca (Kaufmann, Kraay & Mastruzzi, 2011).

Como em ambientes mais corruptos os políticos têm mais facilidade para obter ganhos privados, o governo pode se utilizar de diversos mecanismos para conseguir apoio político. Isso demonstra que a corrupção facilita as trocas de benefícios, o que não ocorreria em outros ambientes (Aidt, 2011). Nesse caso, os políticos podem direcionar os gastos realizados por empresas e departamentos estatais, não apenas para conseguirem votos para se reelegerem, mas também

para conseguirem o apoio necessário para aprovarem projetos de lei que promovam mudança na política de interesses escusos. Este tipo de influência é possível porque, conforme Shleifer e Vishny (1994), as organizações e empresas estatais são normalmente ineficientes em virtude das pressões que os políticos exercem sobre elas. Essas pressões podem se dar para alcançar objetivos políticos como a alocação da produção em regiões politicamente desejáveis em detrimento de regiões economicamente atrativas, o que não se verifica quando o Estado é agente minoritário nas empresas estatais (Inoue, Lazzarini & Musacchio, 2013).

Portanto, a má alocação dos recursos pode afetar a efetividade dos países e, conseqüentemente, a credibilidade do governo (Grossi, Papenfuß & Tremblay, 2015). Dentre as formas de mensurá-la, o Worldwide Governance Indicators (WGI) do Banco Mundial apresenta o indicador government effectiveness, mensurado pela implementação adequada de políticas públicas, qualidade dos serviços públicos ofertados, bem como o grau de independência do governo a pressões políticas e, por conseguinte, sua credibilidade junto à sociedade (World Bank, 2020). Assim, alguns estudos demonstram que países que apresentam forte efetividade apresentam um processo de crescimento econômico alavancado (Barro, 1996; Kraay & Kaufmann, 2002; Acemoglu & Robinson, 2008; Cooray, 2009; Alam, Kiterage & Bizuayehu, 2017). Porém, outros trabalhos mostram que esses resultados não são unânimes (Quibria, 2006; Kurtz & Schrank, 2007), especialmente o trabalho de Kurtz & Schrank (2007), que constatou que o crescimento econômico não é impactado pela efetividade governamental.

Diante da importância do tema, a efetividade do governo tem sido relacionada com diversos fatores, tais como meio ambiente (Sofia, 2019), finanças (Yang, 2010; Olubiyi, 2013; Cosset & Jeanneret, 2013; Ibrahim, 2019; Lopes Júnior, Damasceno & Lôbo, 2019; Pérez-Cárceles & Gómez-García, 2019; Dahan & Strawczynski, 2020), indicadores socioeconômicos (Marino, Soares, Luca & Vasconcelos, 2016), empreendedorismo (Friedman, 2011; Friedman, 2014), saúde (Hu & Mendoza, 2013; Batniji, Khatib, Cammett, Sweet, Basu, Jamal & Giacaman, 2014; Ciccone, Vian, Maurer & Bradley, 2014; Ortega, Sanjuán & Casquero, 2017), Produto Interno Bruto – PIB (Han, Khan & Zhuang, 2014) e corrupção (Herzfeld & Weiss, 2003; Stokes, 2005; Akçay, 2006; Brewer et al., 2007; Kapoor & Ravi, 2012; Tanwar, 2012; Montes & Paschoal; Vlados, Deniozos & Chatzinikolaou, 2016; Gründler & Potrafke, 2019).

O estudo de Sofia (2019) concluiu que medidas de governança, como a efetividade do governo, não exercem efeito sobre práticas ambientais. Olubiyi (2013) mostrou que a efetividade do governo foi um dos fatores que gerou mais captação de investimentos diretos na Nigéria. A pesquisa de Yang (2010) concluiu que o nível econômico e o governo eficaz estão positivamente relacionados ao desenvolvimento humano. Além disso, ao controlar o nível econômico, um governo mais eficaz e um maior desenvolvimento humano (como saúde e educação) são correlacionados positivamente. Cosset e Jeanneret (2013) investigaram como o nível de eficácia do governo afeta a credibilidade de um país e concluíram que os países melhor governados têm menos incentivo à inadimplência e se beneficiam de um spread de crédito soberano mais restrito.

Lopes Júnior, Damasceno e Lôbo (2019) mostraram que, após a crise financeira de 2008, as empresas em que o governo é o acionista majoritário investem mais, em relação a empresas privadas, quando estão em ambientes com baixa eficiência do governo. A pesquisa de Marino et al. (2016) mostrou um

impacto positivo da efetividade do governo sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Friedman (2011) demonstrou uma relação negativa entre a efetividade do governo e o nível de empreendedorismo, sugerindo que estudos adicionais poderiam investigar variáveis adicionais que possam afetar essa relação. Estudos na área da saúde mostraram que a efetividade do governo pode promover uma redução na taxa de mortalidade infantil (Hu & Mendoza, 2013; Ortega, Sanjuán & Casquero, 2017).

Han, Khan e Zhuang (2014) mostraram um impacto positivo no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de países com “superávit” de governança em relação a países com déficit de governança. Herzfeld e Weiss (2003) demonstram a baixa qualidade de instituições e a consequente inefetividade do sistema de Governo, principalmente os sistemas judicial e legal, quando possuem níveis elevados de corrupção. Complementarmente, Dreher, Kotsogiannis e McCorriston (2009) relacionam positivamente a inefetividade dos governos com a corrupção, intermediadas pela shadow economy. Para Stokes (2005), os políticos têm um grande interesse em manter as instituições governamentais complicadas, corruptas e ineficazes porque essa situação melhora seu status de legitimidade com os eleitores pobres, como sendo os verdadeiros solucionadores de problemas.

No estudo de Manzetti e Wilson (2007), a efetividade do governo é relacionada com a corrupção, considerando responder o motivo pelo qual os governos são apoiados e apontaram que em países com baixa eficiência os cidadãos percebem níveis mais altos de corrupção. A pesquisa de Montes e Paschoal (2016) mostrou que a corrupção é um fator antecedente à efetividade, revelando um caráter de direcionalidade das duas dimensões tratadas, mostrando que esta reação ocorre, principalmente, em países desenvolvidos. Já Vlados, Deniozos e Chatzinikolaou (2016) relacionam níveis de corrupção com as oportunidades que certas burocracias e burocratas encontram na inefetividade dos governos, por exemplo, mecanismos de monitoramento da descentralização, podem reduzir a assimetria de informação entre atores políticos e eleitores em nível local e, portanto, aumentar a responsabilidade política e reduzir a corrupção (Paterson, Changwony & Miller, 2019).

Gründler e Potrafke (2019) consideram que o efeito da corrupção sobre o crescimento econômico é especialmente pronunciado em autocracias e países com baixa efetividade e estado de direito deficiente. Para Brewer, Choi e Walker (2007) a corrupção tem um efeito corrosivo na efetividade do governo entre países. A efetividade do governo está mais fortemente correlacionada com o controle de corrupção do que com responsabilidade de prestar contas por meio de mecanismos contábeis. Kapoor e Ravi (2012) consideraram que o índice de corrupção no país e o índice de efetividade do governo estão fortemente correlacionados, o que torna difícil identificar o canal causal em ação na determinação do comportamento corrupto e, assim, é importante manter essa correlação em mente antes de chegar a conclusões em estudos empíricos.

Desta forma, pode-se estabelecer que os países podem ser afetados pelo cenário de corrupção e efetividade dos Governos. Esta constatação na literatura pertinente levou a se propor um framework de análise de cenários para a combinação de níveis gerais de corrupção e efetividade nos governos dos diferentes países. Para tanto, propõe-se a consideração de quatro cenários possíveis, quando combinados os níveis de baixa e alta corrupção e baixa e alta efetividade de Governo (Figura 1).

Figura 1 – Framework de Cenários Corrupção x Efetividade do Governo



Fonte: Elaboração dos autores

Na Figura 1, as combinações (cenários) foram divididas em quadrantes e denominadas de: i) **Corrupção Contida**: uma vez que a mais elevada efetividade do governo pode se relacionar com baixa corrupção e refrear os níveis de corrupção. Processos mais eficazes, entre outros aspectos, inibem os pedidos de facilidades por meio de subornos (Deniozos et al., 2019; Shan et al., 2020) ii) **Corrupção Pontual**: uma vez que, mesmo com baixos níveis de efetividade do Governo, outros fatores podem levar à baixa corrupção e torná-la pontual no país. Nesse caso, a literatura tem levantado outros fatores impeditivos de corrupção elevada, tais como a presença de ditadores que possuem governos pouco eficazes e menos democráticos, mas que conseguem impor políticas de alta punição a corruptos ou esconder os fatos, criando falso cenário de baixa percepção de corrupção (Doorenspleet, 2019; Brol, 2016); iii) **Corrupção Resiliente**: neste cenário, mesmo com a efetividade de Governo, a corrupção ainda é elevada por outros motivos, tornando-a resiliente à efetividade do governo. Outros fatores são mais relevantes para a corrupção do que a efetividade do governo, como por exemplo a cultura de seu povo e instituições (Scholl & Schermuly, 2020; Al-Jundi, Shuhaiber & Al-Emara, 2019); e iv) **Corrupção Sistêmica**: cenário em que a efetividade do Governo é baixa, contribuindo para elevados níveis de corrupção, caracterizando-a como uma corrupção que sobrevive desta inefetividade e de sua estrutura de facilidades que podem ser compradas por suborno, difundindo de forma sistêmica práticas desse gênero, pelo incentivo de ganhos elevados e baixo risco de punição, também pela inefetividade da justiça (Deniozos et al., 2019; Shan et al., 2020; Lopes Júnior, Damasceno & Lôbo, 2019).

3 METODOLOGIA

A pesquisa tem caráter quantitativo, uma abordagem comumente utilizada em estudos descritivo-explicativos, na qual se busca descobrir e classificar as variáveis estudadas. Para Creswell (2010), a pesquisa quantitativa é um meio para testar teorias objetivas, examinando a relação entre as variáveis.

Ambas as variáveis para construção de cenários proposto no framework analítico do trabalho foram obtidas na base de dados do Banco Mundial Worldwide Governance Indicators (WGI). A WGI é composta por seis indicadores compostos de grandes dimensões, cobrindo mais de 200 países, desde 1996. Em relação aos indicadores, Kaufmann et al. (2011) endossam que para mensurar a governança foram estabelecidas três áreas, as quais compreendem desde a substituição e o monitoramento do governo, à capacidade que o mesmo apresenta em formular e executar políticas públicas e o respeito dos cidadãos perante as instituições do Estado.

O cálculo do indicador é realizado com base em mais de 30 fontes de dados subjacentes de várias partes do mundo. Essas fontes de dados são redimensionadas e combinadas para criar o indicador, usando uma metodologia estatística conhecida como modelo de componentes não observados. Toda a metodologia de criação desse indicador está descrita na página destinada à base de dados Worldwide Governance Indicators (WGI, 2019).

Para essa pesquisa, foram utilizados dois indicadores da WGI: Controle of Corruption (Controle da Corrupção), representando a corrupção dentro dos países, e Government Effectiveness (Efetividade do Governo), que indica a efetividade dos governos. O indicador Control of Corruption indica as percepções sobre a extensão em que o poder público é exercido para ganhos privados, incluindo as formas corrupção, bem como a "captura" do Estado por elites e interesses privados. Os valores desses indicadores variam de -2,5 a 2,5, sendo que quanto menor o valor, maior o uso do poder público para ganhos privados.

O indicador Government Effectiveness reflete as percepções da qualidade dos serviços públicos, da qualidade da formulação e implementação de políticas, bem como da credibilidade do compromisso do governo para tais políticas. Os valores desse indicador variam de -2,5 a 2,5 e quanto menor o valor, menor é a qualidade dos serviços e a credibilidade do governo (World Bank, 2020). Quanto à efetividade do governo, alguns estudos mostram que nações com governos de forte efetividade estão relacionadas com um processo de crescimento econômico alavancado (Acemoglu & Robinson, 2008; Alam et al., 2017; Barro, 1996; Cooray, 2009; Kraay & Kaufmann, 2002).

Nesta pesquisa, foram utilizados dados de 212 países durante o período de 1996 a 2018. A base foi separada em quatro períodos de cinco anos: o primeiro período compreende os anos 1996, 1998, 2000, 2002 e 2003; o segundo período é composto por dados de 2004 a 2008; o terceiro período refere-se a dados de 2009 a 2013; e o quarto período representa dados de 2014 a 2018. Para as análises dos dados, foi calculada a média dos indicadores para cada período. Em relação ao primeiro período, não eram disponibilizados dados anuais, portanto, a média foi feita com os valores dos anos de 1996, 1998, 2000, 2002 e 2003.

Para analisar os dados, foram criados quatro cenários distintos: 1) Baixa Corrupção x Baixa Efetividade (denominado de Corrupção Pontual); 2) Baixa Corrupção x Alta Efetividade (denominado de Corrupção Contida); 3) Alta Corrupção x Alta Efetividade (denominado de Corrupção Resiliente); e 4) Alta Corrupção x Baixa Efetividade (denominado de Corrupção Sistêmica). A caracterização dos cenários se deu pelo cálculo da mediana¹ de cada período

¹ A utilização da mediana possibilita diminuir o efeito das distribuições assimétricas e dos *outliers*.

(Tabela 1). Sendo assim, os países considerados no cenário de baixa efetividade do governo, no período de 1996 a 2003, foram aqueles que apresentaram valores inferiores a -0,20; e os demais foram considerados em ambiente com alta efetividade. Os países considerados no cenário de baixa corrupção no período de 1996 a 2003 foram aqueles com mediana superior a -0,21 e os demais foram classificados como em cenário com elevada corrupção. O mesmo procedimento foi realizado para os demais períodos.

Tabela 1 – Mediana e desvio-padrão para os períodos selecionadas

Variáveis	(1996-2003)		(2004-2008)		(2009-2013)		(2014-2018)	
	Mediana	Desvio	Mediana	Desvio	Mediana	Desvio	Mediana	Desvio
Efetividade do Governo	-0,20	0,98	-0,21	0,99	-0,10	1,00	-0,11	0,99
Corrupção	-0,21	0,98	-0,25	0,99	-0,25	0,99	-0,22	0,99

Fonte: Elaboração dos autores

4 RESULTADOS

A classificação dos países nas categorias de corrupção contida, resiliente, pontual e sistêmica em quatro períodos (1996-2003; 2004-2008; 2009-2013 e 2014-2018) revelou, como mostra a Tabela 2 e as Figuras 2 e 3, que a maior parte dos países está na categoria de corrupção contida e sistêmica e que houve ao longo deste tempo pouca variação de quantidades de países nas categorias.

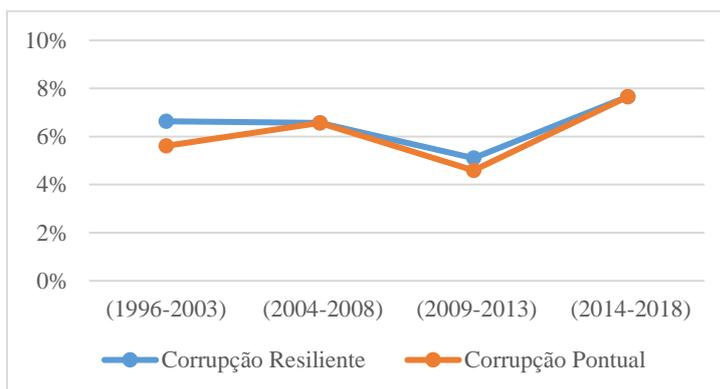
Tabela 2 – Evolução das quantidades percentuais dos países nas categorias de corrupção

Categorias	Períodos Analisados			
	(1996-2003)	(2004-2008)	(2009-2013)	(2014-2018)
Corrupção Contida	43%	46%	42%	42%
Corrupção Resiliente	7%	7%	5%	8%
Corrupção Pontual	6%	7%	5%	8%
Corrupção Sistêmica	44%	41%	48%	43%

Fonte: Elaboração dos autores

Nas Figuras 2 e 3, percebe-se que no 1º e 3º período analisados, ao longo do período estudado, a quantidade de países que foram classificados na condição Corrupção Resiliente é um pouco maior em relação à quantidade de países classificados na condição Corrupção Pontual.

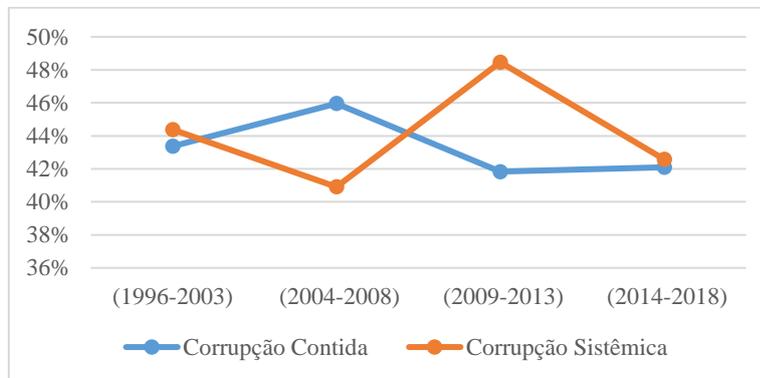
Figura 2 – Evolução percentual dos países nas categorias resiliente e pontual



Fonte: Elaboração dos autores

Os países classificados nas categorias Corrupção Contida e Corrupção Sistêmica se alternam ao longo dos períodos estudados e, de forma mais importante, no 2º período a Corrupção Contida foi maior do que a Corrupção Sistêmica, revelando um mundo mais corrupto e menos eficaz. No 3º período ocorreu uma reversão deste cenário e no período seguinte, e mais recente, praticamente permaneceu a mesma quantidade de países nas duas categorias. Percebe-se que, apesar de uma alternância entre estas categorias, o mundo é dividido em termos de países de forma igual entre aqueles que possuem Corrupção Contida e Corrupção Sistêmica, o que revela que se tem medidas globais tomadas por entidades transnacionais no sentido de migrar países de Corrupção Sistêmica para o cenário de Corrupção Contida.

Figura 3 – Evolução percentual dos países nas categorias contida e sistêmica



Fonte: Elaboração dos autores

4.1. Mobilidade dos países entre Categorias de Corrupção

Em um cenário ideal, é desejável, por óbvio, que a grande maioria dos países (se não todos) passem a se enquadrar na categoria de Corrupção Contida. Assim, é relevante entender como se dá a mobilidade dos países entre as diferentes categorias. Percebe-se, na Tabela 3 e na Figura 4, que as categorias que menos apresentam mobilidade (países que aparecem durante quatro períodos na mesma categoria) são a Corrupção Contida e a Corrupção Sistêmica. Uma vez que os países estejam nestas categorias, torna-se mais difícil de saírem para serem enquadrados em outra. Em relação à categoria Corrupção Contida, essa é uma situação

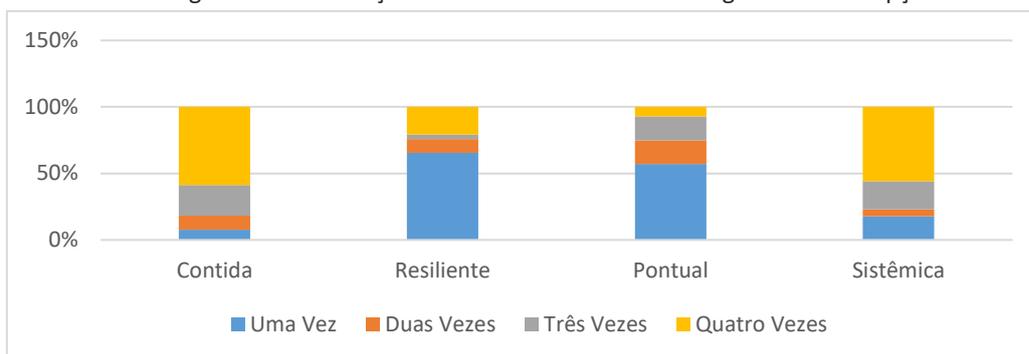
desejável, enquanto para os países enquadrados na categoria Corrupção Sistêmica é exatamente o inverso.

Tabela 3 – Mobilidade dos Países entre as diferentes categorias de corrupção

Permanência na Categoria	Contida	Resiliente	Pontual	Sistêmica
Uma Vez	8%	66%	57%	18%
Dois Vezes	11%	10%	18%	5%
Três Vezes	23%	3%	18%	21%
Quatro Vezes	59%	21%	7%	56%

Fonte: Elaboração dos autores

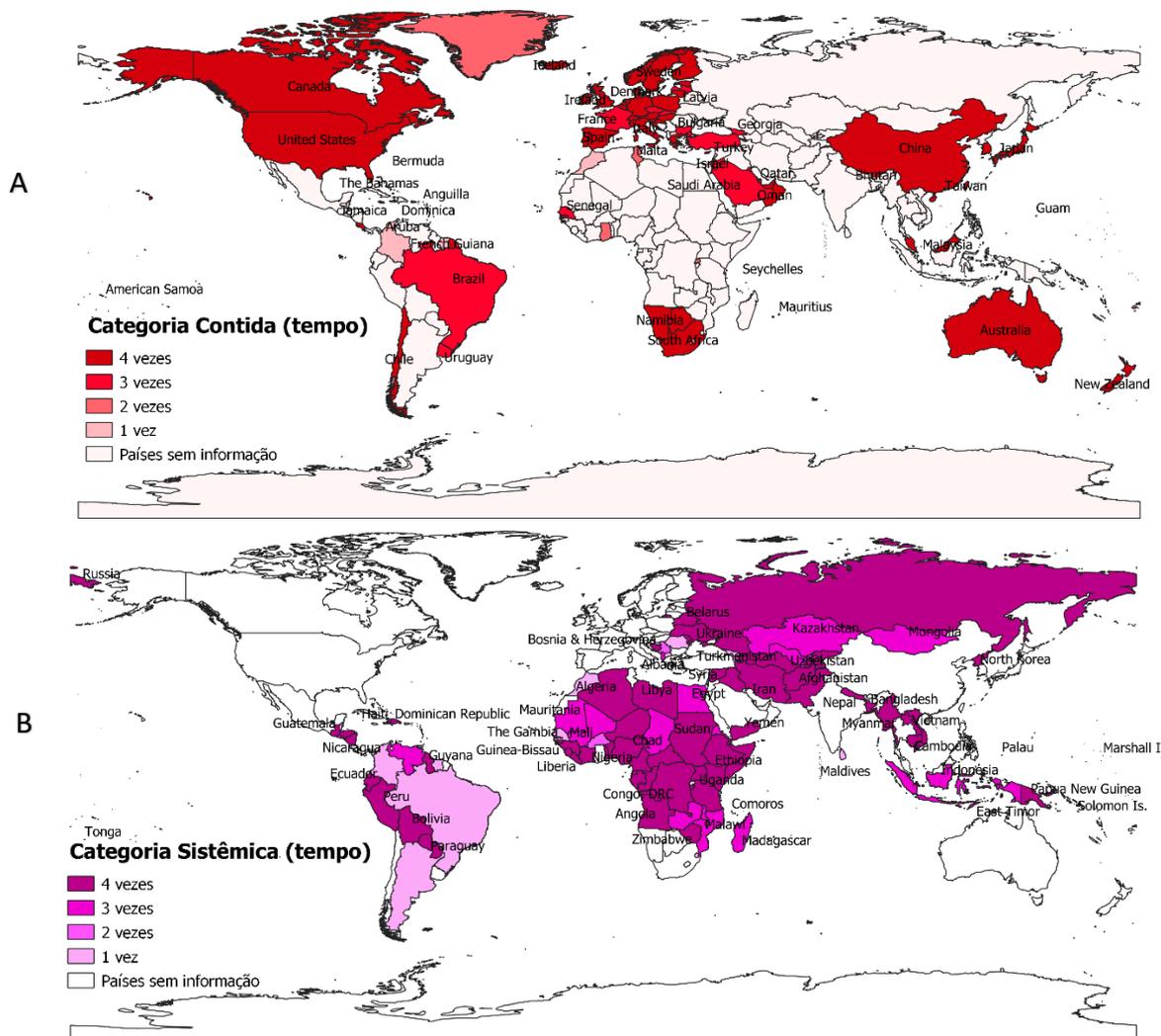
Figura 4 – Distribuição de mobilidade entre as categorias de corrupção



Fonte: Elaboração dos autores

Na Figura 5, pode-se conferir o tempo de permanência dos países nas respectivas categorias de corrupção (Corrupção Contida e Corrupção Sistêmica), em quantidade de vezes, considerando os quatro períodos analisados na pesquisa os quais vão de 1996 a 2018. Percebe-se, nos mapas da Figura 5, que os países com Corrupção Contida se posicionam mais na América do Norte e Europa, enquanto os países na categoria Corrupção Sistêmica se posicionam mais na América Latina, África e Ásia.

Figura 5 – Mapa de distribuição do tempo de permanência dos países nas categorias de corrupção. A. Categoria contida; B. Categoria sistêmica.



Fonte: Elaboração dos autores

4.2. Desempenho por Categorias de Corrupção

Dentre os quinze países mais ricos no mundo em 2018, dez países permaneceram nos quatro períodos estudados na categoria de Corrupção Contida; dois países permaneceram por quatro períodos na categoria Corrupção Resiliente; um país ficou por quatro períodos na categoria Corrupção Sistêmica; um país permaneceu por quatro períodos na categoria Corrupção Resiliente e apenas um país apresentou mobilidade e permaneceu por três períodos na categoria Corrupção Contida e um período na classificação Corrupção Sistêmica. Então, pode-se dizer que a maioria dos países mais ricos estão na categoria de Corrupção Contida. Contudo, duas das maiores economias do mundo (China e Índia) estão na categoria Corrupção Resiliente, a Rússia está na Corrupção Sistêmica e o Brasil oscilou de Corrupção Contida para Corrupção Sistêmica, sendo o único país dos 15 (quinze) mais ricos que apresentou uma mobilidade não desejável (TABELA 4). O fato da maioria dos países mais ricos se enquadrarem na categoria de Corrupção

Contida pode ser explicado pelo fato da corrupção ter um impacto muito maior no PIB per capita do que no IDH (Tanwar, 2012).

Tabela 4 – Países mais ricos do mundo e suas categorias

Países	PIB em Bilhões US\$ (2018)	Contida	Pontual	Resiliente	Sistêmica
Estados Unidos	US\$ 21,482.41	4	-	-	-
China	US\$ 14,172.20	-	-	4	-
Japão	US\$ 5,220.57	4	-	-	-
Alemanha	US\$ 4,117.07	4	-	-	-
Índia	US\$ 2,957.72	-	-	4	-
França	US\$ 2,844.70	4	-	-	-
Reino Unido	US\$ 2,809.91	4	-	-	-
Itália	US\$ 2,112.80	4	-	-	-
Brasil	US\$ 1,929.71	3	-	-	1
Canadá	US\$ 1,820.36	4	-	-	-
Coreia do Sul	US\$ 1,699.68	4	-	-	-
Rússia	US\$ 1,649.21	-	-	-	4
Espanha	US\$ 1.474.12	4	-	-	-
Austrália	US\$ 1,464.41	4	-	-	-
México	US\$ 1,242.39	-	-	4	-

Fonte: World Economic Outlook Database, do Fundo Monetário Internacional, 2018.

Analisaram-se as médias dos IDHs dos países considerados na análise em todas as categorias e se calculou a soma do PIB dos países no período e o percentual sobre o total que cada categoria representa do total do PIB mundial. Na Tabela 5 percebe-se que os países com maior IDH estão na categoria Corrupção Contida e os com pior IDH estão na categoria Corrupção Sistêmica. Para efeito de comparação, a diferença de média entre os países foi testada estatisticamente de forma não paramétrica e constatou-se que os países da categoria Corrupção Contida têm uma média maior, com menos de 1% de significância para o teste U de Mann-Whitney (Tabela 5), sendo que os países da Corrupção Contida possuem um IDH 32%, em média, maior do que os países da categoria Corrupção Sistêmica. O mesmo acontece com a percentagem do PIB entre estas categorias.

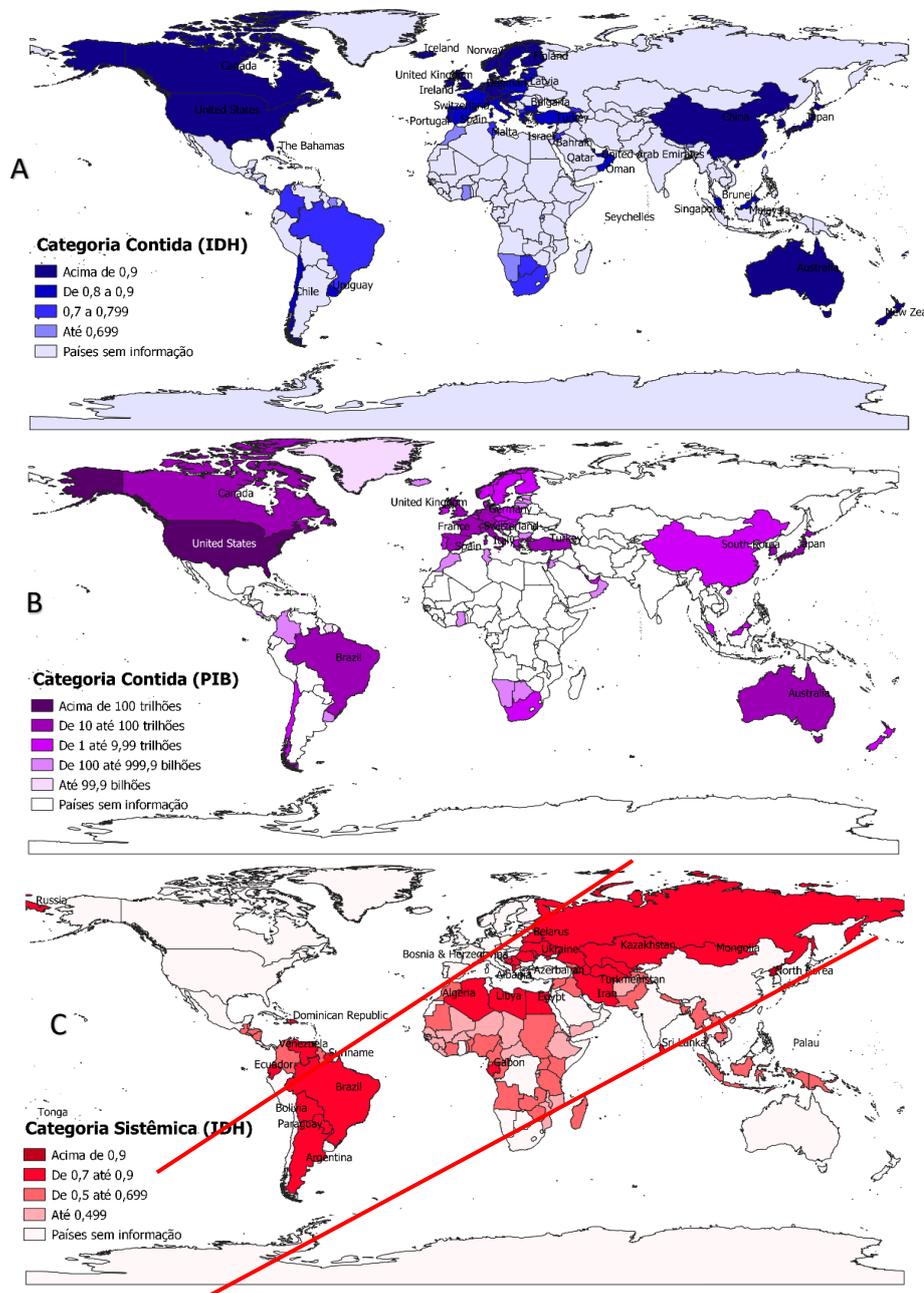
Tabela 5 – IDH e PIB dos Países entre Categorias

Categorias	IDH	PIB em Bilhões US\$
Contida	0,82	73,64%
Resiliente	0,71	16,97%
Pontual	0,63	0,64%
Sistêmica	0,62	8,75%

Fonte: Elaboração dos autores

Finalmente, na Figura 6, pode-se observar a distribuição geográfica do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Produto Interno Bruto (PIB) dos países nas respectivas categorias de corrupção (Contida e Sistêmica), nos diferentes mapas dos países no mundo. Na categoria Corrupção Contida os países com menor IDH, como Brasil e África do Sul, se destacam. O primeiro, inclusive, saiu desta categoria no último e mais recente período analisado, revelando certa fragilidade na consolidação de suas instituições nesta categoria, o que provavelmente, assim como a África do Sul, afeta a sua relação com o IDH de suas populações.

Figura 6 – Mapa de distribuição dos países classificados nas categorias de corrupção contida e sistêmica. A. IDH dos países de corrupção contida; B. PIB dos países de corrupção contida; C. IDH dos países de corrupção sistêmica; D. PIB dos países de corrupção sistêmica.



vez que pode auxiliar na construção de mecanismos gerenciais que orientam as medidas que possam ser adotadas, tendo como parâmetro o cenário de corrupção atual do país.

Como limitações do trabalho, pode-se citar o fato de que as variáveis usadas são de percepção e foram determinadas, em culturas muito diferentes, além disso a literatura aponta empiricamente uma certa correlação entre efetividade e corrupção e que pode também demonstrar que elas de forma espúrias capturam condições sentidas pelas populações de seus países que caminham próximas de níveis de satisfação de seus cidadãos com o Governo. No estudo, também não foram considerados outras variáveis que podem ser relevantes na construção de cenários relacionados à corrupção e ao desempenho dos Governos nos diferentes países.

Corruption and effectiveness of governments: an overview of countries in the world

ABSTRACT

The objective is to investigate the government effectiveness of countries exposed to different corruption scenarios. A quantitative study was carried out, using data from the World Bank to build a scenario analysis framework for combining levels of corruption and effectiveness in the governments of different countries. Data from 212 countries were used from 1996 to 2018. Four different scenarios were created: 1) Low Corruption x Low Effectiveness (Punctual Corruption); 2) Low Corruption x High Effectiveness (Contained Corruption); 3) High Corruption x High Effectiveness (Resilient Corruption); and 4) High Corruption x Low Effectiveness (Systemic Corruption). The findings reveal the division of countries into two antagonistic scenarios: Contained Corruption and Systemic Corruption. The analysis showed that countries in these categories have low mobility and that wealth (GDP) and quality of life of populations (HDI) are better in countries that have Contained Corruption.

KEYWORDS: Effectiveness. Corruption. Government. Panorama by Countries.

REFERÊNCIAS

Acemoglu, D. & Robinson, J. (2008). The role of institutions in growth and development. *Leadership and Growth*, 135.

Aidt, T. S. (2011). The causes of corruption. *CESifo DICE Report*, 9(2), 15-19.

Akçay, S. (2006). Corruption and human development. *Cato Journal*, 26(1), 29-48.

Alam, M. R., Kiterage, E. & Bizuayehu, B. (2017). Government effectiveness and economic growth. *Economic Bulletin*, 37(1), 222-227.

Al-Jundi, S. A., Shuhaiber, A. & Al-Emara, S. S. (2019). The effect of culture and organizational culture on administrative corruption. *Int. J. Econ. Bus. Res*, 18(4), 436-451.

Andreula, N. & Chong, A. (2016). Do good institutions improve fiscal transparency? *Economics of governance*, 17(3), 241-263.

Apaza, C. R. (2009). Measuring governance and corruption through the worldwide governance indicators: Critiques, responses, and ongoing scholarly discussion. *PS: Political Science & Politics*, 42(1), 139-143.

Bai, J., Jayachandran, S., Malesky, E. J. & Olken, B. A. (2013). Does economic growth reduce corruption? Theory and evidence from Vietnam (No. w19483). National Bureau of Economic Research.

Barro, R. J. (1996). Determinants of economic growth: a cross-country empirical study (No. w5698). National Bureau of Economic Research.

Basyal, D. K., Poudyal, N. & Seo, J. W. (2018). Does E-government reduce corruption? Evidence from a heterogeneous panel data model. *Transforming Government: People, Process and Policy*, 12(2), 134-154.

Batniji, R., Khatib, L., Cammett, M., Sweet, J., Basu, S., Jamal, A. & Giacaman, R. (2014). Governance and health in the Arab world. *The Lancet*, 383(9914), 343-355.

Bertot, J. C., Jaeger, P. T. & Grimes, J. M. (2010). Using ICTs to create a culture of transparency: E-government and social media as openness and anti-corruption tools for societies. *Government information quarterly*, 27(3), 264-271.

Boyne, G. A. (2002). Theme: Local government: Concepts and indicators of local authority performance: An evaluation of the statutory frameworks in England and Wales. *Public Money and Management*, 22(2), 17-24.

Brewer, G. A., Choi, Y. & Walker, R. M. (2007). Accountability, corruption and government effectiveness in Asia: an exploration of World Bank governance indicators. *International Public Management Review*, 8(2), 204-225.

Brol, (2016). M. Institutional determinants of corruption. *Ekonomia i Prawo. Economics and Law*, 15(1), 21-32.

Castro, M. F., Guccio, C. & Rizzo, I. (2014). An assessment of the waste effects of corruption on infrastructure provision. *International Tax and Public Finance*, 21(4), 813-843.

Choi, J. J., Jiang, C. & Shenkar, O. (2015). The quality of local government and firm performance: The case of China's provinces. *Management and Organization Review*, 11(4), 679-710.

Ciccone, D. K., Vian, T., Maurer, L. & Bradley, E. H. (2014). Linking governance mechanisms to health outcomes: a review of the literature in low-and middle-income countries. *Social science & medicine*, 117, 86-95.

Cooray, A. (2009). Government expenditure, governance and economic growth. *Comparative Economic Studies*, 51(3), 401-418.

Cosset, J. C. & Jeanneret, A. (2013). Sovereign credit risk and government effectiveness. Working Paper.

Creswell, J. W. (2010). Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Artmed.

Dahan, M. & Strawczynski, M. (2020). Budget institutions and government effectiveness. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*. Vol. ahead-of-print No. ahead-of-print. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-03-2019-0055>.

Dahlberg, S. & Holmberg, S. (2014). Democracy and bureaucracy: How their quality matters for popular satisfaction. *West European Politics*, 37(3), 515-537.

Dahlström, C. & Lapuente, V. (2012). Weberian bureaucracy and corruption prevention. In *Good Government*. Edward Elgar Publishing.

Deniozos, N., Vlados, C. & Chatzinikolaou, D. (2019). Corruption as Form of Economic Crime and Government Effectiveness. Anais... Proceedings of the 3rd International Conference of Development and Economy I. CO. D. ECON, Kalamata, Greece.

Dimant, (2014). E. The Antecedents and Effects of Corruption-A Reassessment of Current (Empirical) Findings. Recuperado em 15 de abril de 2020, de: https://mpra.ub.uni-muenchen.de/60947/1/MPRA_paper_60947.pdf.

Doorenspleet, R. (2019). Democracy and Corruption. In Rethinking the Value of Democracy (pp. 165-200). Palgrave Macmillan, Cham.

Dreher, A., Kotsogiannis, C. & Mccorriston, S. (2009). How do institutions affect corruption and the shadow economy? *International Tax and Public Finance*, 16(6), 773.

Dutta, N. & Sobel, R. (2016). Does corruption ever help entrepreneurship? *Small Business Economics*, 47(1), 179-199.

Farazmand, A. (2019). Conduct of Managerialism and Its Performance in Southern African Countries. In *Handbook of Comparative and Development Public Administration* (pp. 627-643). Routledge.

Friedman, B. A. (2011). The relationship between governance effectiveness and entrepreneurship. *International Journal of Humanities and Social Science*, 1(17), 221-225.

Friedman, B. A. (2014). The relationship between effective governance and the informal economy. *International Journal of Business and Social Science*, 5(9).

Galli, E., Rizzo, I. & Scaglioni, C. (2017). Transparency, quality of institutions and performance in the Italian Municipalities. Instituto Superior de Economia e Gestão - DE Working papers nº 11/2017/DE/UECE.

Gray, C. W. & Kaufmann, D. (1998). Corruption and development. *Finance & Development*, 18(1), 7-10.

Gründler, K. & Potrafke, N. (2019). Corruption and economic growth: New empirical evidence. *European Journal of Political Economy*, 60, 101810.

Grossi, G., Papenfuß, U. & Tremblay, M. S. (2015). Corporate governance and accountability of state-owned enterprises: relevance for science and society and

interdisciplinary research perspectives. *International Journal of Public Sector Management*, 28(4/5), 274-285.

Han, X., Khan, H. A. & Zhuang, J. (2014). Do governance indicators explain development performance? A cross-country analysis. *A Cross-Country Analysis* (November 2014). Asian Development Bank Economics Working Paper Series, (417).

Herzfeld, T. & Weiss, C. (2003). Corruption and legal (in) effectiveness: an empirical investigation. *European Journal of Political Economy*, 19(3), 621-632.

Hu, B. & Mendoza, R. U. (2013). Public health spending, governance and child health outcomes: revisiting the links. *Journal of Human Development and Capabilities*, 14(2), 285-311.

Inoue, C. F., Lazzarini, S. G. & Musacchio, A. (2013). Leviathan as a minority shareholder: Firm-level implications of state equity purchases. *Academy of Management Journal*, 56(6), 1775-1801.

Ibrahim, R. (2019). Corporate governance effect on financial distress: evidence from Indonesian public listed companies. *Journal of Economics, Business & Accountancy Ventura (JEBAV)*, 21(3), 415-422.

Islam, R. (2006). Does more transparency go along with better governance? *Economics & Politics*, 18(2), 121-167.

Kapoor, M. & Ravi, S. (2012). Determinants of corruption: government effectiveness vs. cultural norms. *The BE Journal of Economic Analysis & Policy*, 12(1).

Kaufmann, D., Kraay, A. & Mastruzzi, M. (2011). The worldwide governance indicators: methodology and analytical issues. *Hague Journal on the Rule of Law*, 3(2), 220-246.

Kraay, A. & Kaufmann, D. (2002). Growth without governance. The World Bank.

Kurtz, M. J. & Schrank, A. (2007). Growth and governance: Models, measures, and mechanisms. *The Journal of Politics*, 69(2), 538-554.

Lee, S. Y. & Whitford, A. B. (2009). Government effectiveness in comparative perspective. *Journal of Comparative Policy Analysis*, 11(2), 249-281.

Li, S. & Wu, J. (2010). Why some countries thrive despite corruption: The role of trust in the corruption–efficiency relationship. *Review of International Political Economy*, 17(1), 129-154.

Littoz-Monnet, A. (2017). The managerialism of neoliberal global governance: the case of the OECD. In *The Politics of Expertise in International Organizations* (pp. 185-204). Routledge.

Lopes, E. P., Câmara, S. F., Rocha, L. G., & Brasil, A. (2018). Influência da corrupção nos gastos das empresas estatais. *Revista de Administração Pública*, 52, 695-711.

Lopes Júnior, E. P., Damasceno, P. I. S & Lôbo, R. J. S. (2019). Governmental Effectiveness: Analysis of State-Owned Enterprises Investments. *Journal of Accounting, Management and Governance*, 22(3), 443-462.

Luedy, A., Mendes, V. L. P. S. & Ribeiro Júnior, H. (2012). Gestão pública por resultados: contrato de gestão como indutor de melhorias em um hospital universitário. *Organizações & Sociedade*, 19(63), 641-659.

Manzetti, L. & Wilson, C. J. (2007). Why do corrupt governments maintain public support? *Comparative political studies*, 40(8), 949-970.

Marino, P. D. B. L. P., Soares, R. A. de, Luca, M. M. M. & Vasconcelos, A. C. (2016). Indicadores de governança mundial e sua relação com os indicadores socioeconômicos dos países do Brics. *Revista de Administração Pública*, 50(5), 721-744.

Mohamadi, A., Peltonen, J. & Wincent, J. (2017). Government efficiency and corruption: A country-level study with implications for entrepreneurship. *Journal of Business Venturing Insights*, 8, 50-55.

Montes, G. C. & Paschoal, P. C. (2016). Corruption: what are the effects on government effectiveness? Empirical evidence considering developed and developing countries. *Applied Economics Letters*, 23(2), 146-150.

Olubiyi, E. A. (2013). Workers' remittances, Governance Institution and Private Investment in Nigeria. *Review of Finance & Banking*, 5(1).

Ortega, B., Sanjuán, J. & Casquero, A. (2017). Determinants of efficiency in reducing child mortality in developing countries. The role of inequality and government effectiveness. *Health care management science*, 20(4), 500-516.

Paterson, A. S., Changwony, F. & Miller, P. B. (2019). Accounting control, governance and anti-corruption initiatives in public sector organizations. *The British Accounting Review*, 51 (5).

Peiffer, C. & Alvarez, L. (2016). Who will be the “principled-principals”? Perceptions of corruption and willingness to engage in anticorruption activism. *Governance*, 29(3), 351-369.

Peisakhin, L. (2012). Transparency and corruption: Evidence from India. *The Journal of Law and Economics*, 55(1), 129-149.

Pérez-Cárceles, M. C. & Gómez-García, J. (2019). Goodness of governance effect on European banking efficiency. *International Review of Economics & Finance*, 64, 29-40, 2019.

Persson, A., Rothstein, B. & Teorell, J. (2013). Why anticorruption reforms fail—systemic corruption as a collective action problem. *Governance*, 26(3), 449-471.

Quibria, M. G. (2006). Does governance matter? Yes, no or maybe: Some evidence from developing Asia. *Kyklos*, 59(1), 99-114.

Ramesh, R. & Vinayagathan, T. (2017). Corruption, rule of law and government effectiveness: a co-integration approach to Sri Lanka. *E-Proceeding (Vol.I)*, South Eastern University Arts Research Session 2017, 158-169.

Rothstein, B. O. & Teorell, J. A. (2008). What is quality of government? A theory of impartial government institutions. *Governance*, 21(2), 165-190.

Scholl, W. & Schermuly, C. C. (2020). The impact of culture on corruption, gross domestic product, and human development. *Journal of Business Ethics*, 162(1), 171-189.

Shan, M., Le, Y., Chan, A. P. & Hu, Y. (2020). Effectiveness of Prevailing Anti-corruption Strategies. In *Corruption in the Public Construction Sector* (pp. 79-104). Springer, Singapore.

Shleifer, A. & Vishny, R. W. (1994). Politicians and firms. *The quarterly journal of economics*, 109(4), 995-1025.

Sofia, I. P. (2019). The impact of governance effectiveness and company size on environmental performance. *Economics and Accounting Journal*, 2(2), 76-85.

Stokes, S. (2005). Perverse accountability: A formal model of machine politics with evidence from Argentina. *American Political Science Review*, 99, 315-326.

Tanwar, G. (2012). *Corruption and Its Impact on Development: A Cross-National Study* (Doctoral dissertation), Master of Public Policy, Georgetown University.

Valle-Cruz, D., Sandoval-Almazan, R. & Gil-Garcia, J. R. (2016). Citizens' perceptions of the impact of information technology use on transparency, efficiency and corruption in local governments. *Information Polity*, 21(3), 321-334.

Vlados, C. M., Deniozos, N. & Chatzinikolaou, D. (2018). Corruption as form of economic crime and government effectiveness. In *Conference proceedings of 3rd International Conference of Development and Economy (ICODECON)*, p. 100.

WGI. Worldwide Governance Indicators. 2019. Recuperado em 26 de setembro de 2019, de:
<https://info.worldbank.org/governance/wgi/Home/Documents#wgiAggMethodology>.

World Bank. (2020). *Worldwide Governance Indicators*. Recuperado em 15 de abril de 2020, de:
<https://databank.worldbank.org/data/views/variableselection/selectvariables.aspx?source=worldwide-governance-indicators>.

Yang, K. H. (2010). *Human development and government effectiveness* (Doctoral dissertation), Master of Public Policy, Georgetown University.

Zhang, H., Song, Y., Tan, S., Xia, S., Zhang, H., Jiang, C. & Lu, Y. (2019). Anti-corruption efforts, public perception of corruption, and government credibility in the field of real estate: An empirical analysis based on twelve provinces in China. *Cities*, 90, 64-73.

Recebido: 10 fev. 2023.

Aprovado: 09 mar. 2023.

DOI: 10.3895/rbpd.v12n2.16023

Como citar: JÚNIOR, E. P. L.; CÂMARA, S. F.; PINTO, F. R.; SILVA, F. R. Corrupção e efetividade dos governos: um panorama dos países no mundo. **R. Bras. Planej. Desenv.** Curitiba, v. 12, n. 02, p. 477-500, mai./ago. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Elias Pereira Lopes Júnior

Av. Ten. Raimundo Rocha, 1639 - Cidade Universitária, Juazeiro do Norte - CE

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

